

TÍTULO (DES)CONTROLO EM LUANDA: URBANISMO, POLÍCIA E LAZER  
NOS MUSSEQUES DO IMPÉRIO

ORGANIZAÇÃO BERNARDO PINTO DA CRUZ

AUTORES BERNARDO PINTO DA CRUZ, DIOGO RAMADA CURTO, JULIANA BOSSLET, MARCELO  
BITTENCOURT, NUNO DOMINGOS E PEDRO DAVID GOMES.

ISBN  
978-989-54882-4-7

1ª EDIÇÃO  
Novembro 2020

CAPA  
André Luz

PAGINAÇÃO  
André Luz

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Nuno Domingos, Bruno Monteiro, Ana Estevens, João Baía e Nuno Medeiros.

EDITORA  
Outro Modo Cooperativa Cultural

N. DL:  
477649/20

IMPRESSÃO  
Guide Artes Gráficas, Lda.  
Rua Heróis de Chaimite 14, 2675-374 Odivelas  
Fax 219 381 228, Telf. 219 381 200

Le Monde Diplomatique - edição portuguesa  
mail: livros.lmd.pt@gmail.com  
facebook.com / Edições Outro Modo

Reservados todos os direitos. Esta edição não pode ser reproduzida, nem transmitida,  
no todo ou em parte, por qualquer processo electrónico, gravação ou outros, sem prévia  
autorização da Editora.

© Outro Modo, 2020

# **(DES)CONTROLO EM LUANDA: URBANISMO, POLÍCIA E LAZER NOS MUSSEQUES DO IMPÉRIO**

**BERNARDO PINTO DA CRUZ** (ORG.)

## ÍNDICE

- 07 INTRODUÇÃO  
UM "PROFISSIONAL DA PISTOLA" NO CAZENGA  
Bernardo Pinto da Cruz
- 25 ARQUITETURAS COLONIAIS, PLANEAMENTO URBANO  
E A REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA IMPERIAL PORTUGUESA  
Nuno Domingos
- 61 OS MUSSEQUES DE LUANDA: ENTRE ESTUDOS E POLÍTICAS  
Diogo Ramada Curto
- 97 A UNIDADE DE VIZINHANÇA NA ANGOLA COLONIAL:  
REPERTÓRIOS DE CONCENTRAÇÃO E POLÍTICAS  
URBANAS (1950-1974)  
Bernardo Pinto da Cruz
- 145 LAZER EM LUANDA: O CONTROLO DO TEMPO LIVRE  
DOS TRABALHADORES E A MANUTENÇÃO DA ORDEM  
COLONIAL (1961-1975)  
Juliana Bosslet
- 169 O FUTEBOL NOS MUSSEQUES E NAS EMPRESAS  
DE LUANDA (1950-1960)  
Marcelo Bittencourt
- 193 DICOTOMIAS DA MÚSICA POPULAR (SUB)URBANA NA LUANDA  
COLONIAL - DA "FOLCLORIZAÇÃO" À CONSAGRAÇÃO  
Pedro David Gomes
- 215 NOTAS BIOGRÁFICAS
- 219 ÍNDICE REMISSIVO

ARQUITETURAS COLONIAIS,  
PLANEAMENTO URBANO E A  
REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA  
IMPERIAL PORTUGUESA\*

NUNO DOMINGOS

\*Artigo originalmente publicado pela Intellect: Nuno Domingos, "Colonial Architectures, urban planning and the representation of Portuguese imperial history", *Portuguese Journal of Social Science*, 14, 3 (2015) pp. 235–255.

Este capítulo procura perceber como é que a celebração de um movimento arquitetónico definido pelas suas dimensões universalistas e internacionais acabou por se transformar num instrumento de construção nacionalista. Em termos conceptuais, pretendo relacionar a criação de campos de atividade específicos com a produção de representações hegemónicas sobre a história e a identidade nacionais. Por “campo de atividade” – conceito bem-conhecido cunhado por Bourdieu – entende-se um espaço particular de relações e de lutas onde são gerados certos tipos de racionalidade e de categorias de perceção e apreciação. Nestes campos, certas crenças tornam-se hegemónicas e vitais para a auto-preservação dos sistemas de trocas materiais e simbólicas. A sedimentação de um campo, baseada numa luta constante pela sua autonomia, pressupõe normalmente a criação de uma história coletiva, uma “sociodiceia” disputada (isto é, uma odisseia social que justifica uma mundivisão particular e a ordem social que a acompanha), cuja lógica é mantida por um discurso interno<sup>1</sup>.

Este capítulo centra-se na recente produção académica acerca da chamada moderna arquitetura colonial portuguesa. A migração desta arquitetura modernista para os territórios coloniais, que se deu sobretudo no segundo pós-guerra, é hoje considerada um importante marco da arquitetura portuguesa. Antes marginalizados ou ausentes das histórias da arquitetura portuguesa<sup>2</sup>, os autores modernos e os projetos edificados nas colónias tornaram-se objeto de vários estudos recentes. Um dos objetivos desses estudos passava por classificar o que era desconhecido ou pouco conhecido. A arquiteta Ana Magalhães – num livro em coautoria com a fotógrafa Inês Gonçalves – designou-o de *moderno tropical*<sup>3</sup>. No prefácio dessa obra, a historiadora da ar-

1 P. Bourdieu, “The genesis of the concepts of habitus and field”, *Sociocriticism: Theories and Perspectives*, Vol. II, n.º 2 (1985), pp. 11–24.

2 Nuno Portas, na sua entrada sobre “arquitetura” no *Dicionário de História de Portugal*, não faz qualquer referência ao espaço colonial. N. Portas, “Arquitetura”, in A. Barreto e M. F. Mónica, eds., *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Figueirinhas, 1999) pp. 118–126.

3 Magalhães e Gonçalves, *Moderno Tropical: Arquitectura em Angola e Moçambique* (Lisboa: Tinta da China, 2009).

quitetura Ana Tostões defende que se trata de “um belo livro onde a beleza nostálgica das cidades da África lusófona é fixada com afecto e sabedoria”<sup>4</sup>. Magalhães, por sua vez, vê neste caso de migração arquitetónica uma tentativa de criar uma “utopia moderna em África” nascida do:

*sonho e do desejo de construir através de uma arquitectura com um léxico afirmadamente moderno, de carácter internacional, de certo modo distante dos constrangimentos do modelo veiculado pelo Estado Novo, experimentando soluções adequadas a um território e um clima tropicais.*<sup>5</sup>

Num outro livro, Ana Vaz Milheiro, também ela historiadora, utiliza o termo “arquitetura luso-africana” ao redescobrir a história esquecida da “tropicalização da arquitetura portuguesa”<sup>6</sup>, realçando os princípios estéticos e as soluções técnicas produzidas pela migração do movimento modernista para os trópicos. Alguns dos arquitetos portugueses modernistas que foram para Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau tinham sido alunos de vultos da arquitetura moderna, como Le Corbusier ou Maxwell Fry e Jane Drew. O seu conhecimento especializado viria a ser fundamental para a criação de uma teoria sobre a adaptação modernista aos territórios e climas africanos<sup>7</sup>. De acordo com Milheiro, o autor da Carta de Atenas (1933) era uma “presença ausente” da

4 A. Tostões, “Prefácio” in A. Magalhães e I. Gonçalves, *idem*, p. 6.

5 Magalhães e Gonçalves, *Moderno Tropical*, pp. 24, 26.

6 A. V. Milheiro, *Nos Trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura Luso-Africana no Estado Novo* (Lisboa: Relógio D'Água, 2012) p. 4. De acordo com a autora, a capacidade da arquitetura portuguesa para se miscigenar tinha sido revelada pela história da sua relação com a arquitetura brasileira: “uma ideia de miscigenação, que a cultura brasileira projecta, mas que pode ser inicialmente sondada na cultura arquitectónica portuguesa, quase sempre envolta num pragmatismo que a faz ser um receptáculo para as diferentes ‘flutuações’ estilísticas que a cultura internacional proporciona. Se a cultura arquitectónica brasileira emerge da condição trágica que a deforma sempre que toca outras culturas, a portuguesa gere-se na miscigenação pragmática que a fundamenta”. *Idem*, *A Construção do Brasil: Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa* (Porto: Faculdade de Arquitectura, 2005) p. 412.

7 A esses mestres modernistas se ficaram a dever as obras de referência sobre a arquitetura colonial, como *Tropical Architecture in the Humid Zone* (Nova Iorque: Reinhold, 1964 [1956]), Milheiro, *Nos Trópicos*, p. 460.

experiência destes grupos de arquitetos portugueses em África. Embora Le Corbusier fosse uma fonte de inspiração permanente, os arquitetos portugueses precisavam de fazer o seu próprio caminho. Para Milheiro, todos eles procuravam uma “portugalidade tropical”: “projecto racional que evolui autonomamente em relação à tutela corbusiana, aquela a que comumente se atribui a exclusividade da invenção de uma arquitectura tropical assente em princípios funcionais.”<sup>8</sup>

Esta ideia de arquitetura luso-africana estava já presente no trabalho de José Manuel Fernandes, o pioneiro das investigações sobre a história da arquitetura portuguesa em África. Nos capítulos que escreveu para a *História da Expansão Portuguesa* (1999), Fernandes elencou os elementos urbanísticos e arquitetónicos construídos e desenhados pelos portugueses nos seus territórios “ultramarinos”. Mais tarde, seguiu o percurso dos autores modernistas em Angola e em Moçambique, percurso esse que representava o último capítulo dos registos deixados pelo urbanismo e pela arquitetura de origem lusitana e o elo perdido da moderna prática portuguesa<sup>9</sup>. No período do pós-guerra, a vanguarda estética encontrava-se em África<sup>10</sup>. O mesmo argumento pode ser encontrado no seu *Arquitetura e Urbanismo na África Portuguesa*<sup>11</sup>. Mais recentemente, Fernandes voltou a abordar a questão do legado português moderno, na secção sobre África da coletânea de volumes sobre o *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitetura e Urbanismo*, editada por José Mattoso<sup>12</sup>. No seu entender, a arquitetura luso-africana era comparável, e talvez fosse

8 Milheiro, *idem*, p. 474.

9 J. M. Fernandes, *Geração Africana: Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975* (Lisboa: Horizonte, 2002) p. 7.

10 *Idem*, *idem*, p. 64.

11 *Idem*, *Arquitetura e Urbanismo na África Portuguesa* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005).

12 *Idem*, “Arquitetura e urbanismo na África Subsaariana: Uma leitura” in J. Mattoso, F. T. Barata e J. M. Fernandes, eds., *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Arquitetura e Urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010).

mesmo superior à arquitetura feita no Portugal ibérico<sup>13</sup>. Encarados como o glorioso capítulo final da secular herança cultural portuguesa em África, os trabalhos modernos do pós-guerra exprimiam, na sua opinião,

*as várias influências, culturais e artísticas, sofridas pela cultura portuguesa, em viagem secular, nas regiões em questão – que, de um modo ou de outro, puseram em contexto e em diálogo os grandes mundos civilizacionais, do Ocidente euro-americano, comercial, pré-industrial e industrial, com o Oriente, Próximo e Extremo, e no seu cruzamento com as culturas africanas e islâmicas.*<sup>14</sup>

Um aspeto fundamental desta antiga trajetória era a ideia de intercâmbio cultural, pese embora a lógica de exploração económica que ela acarretava. Mas estas circunstâncias, sugeriu Fernandes, não deveriam diminuir o valor das proezas portuguesas. Na verdade, o encontro cultural era definido pela lógica do interesse económico “como toda a actividade humana, como todo o colonialismo europeu”<sup>15</sup>.

Todas estas publicações surgiram num contexto em que o interesse pela história do colonialismo português se tornava bem visível. A cultura popular, através de diferentes tipos de formatos, dos romances de bolso aos álbuns fotográficos, passando pelas telenovelas e documentários, fez – e ainda faz – parte deste ressurgimento. Entre um vasto conjunto de perspetivas, encontramos um interesse claro pela vida urbana nas cidades coloniais, como Luanda ou Lourenço Marques (hoje Maputo), pelo dia-a-dia dos colonos e o seu lazer, mas também pela morfologia urbana, pela ordenação urbanística e pelos edifícios icónicos deixados pelos portugueses. Este revivalismo cultural, acompanhado da recente abertura dos mercados africanos aos

13 Idem, *idem*, pp. 253-254.

14 Idem, *idem*, p. 270.

15 Idem, *idem*, p. 273-274.

arquitetos portugueses, ajuda a explicar o interesse na descoberta e celebração dos vários trabalhos modernistas dos antigos arquitetos. Redescobriram-se as suas vidas, rastrearam-se as suas trajetórias profissionais e a sua produção, agora analisada, foi inserida na cronologia da moderna arquitetura portuguesa donde tinha estado ausente.

A partir da linguagem da cultura arquitetónica<sup>16</sup> – que no caso da arquitetura tropical portuguesa assentava sobretudo em princípios estéticos e técnicos –, esta literatura académica exprime uma imagem particular da história do colonialismo português. Para usarmos o conceito proposto por Raymond Williams, ela veicula uma “pastoral” que é reproduzida de forma acrítica pelos meios de comunicação social<sup>17</sup>. Esta narrativa, tipicamente elaborada no interior de campos específicos de produção e que funciona como dimensão fundamental para a autonomia interna desses mesmos campos, torna-se um mecanismo de disseminação de conceções e representações hegemónicas. O meu argumento é que estes relatos recentes tendem a naturalizar uma versão nacional e nacionalista da história. Este tipo de nacionalismo e imperialismo banal é mediado pela historiografia interna do campo<sup>18</sup>, em especial através da opção de se centrar a análise na procura da arquitetura de origem portuguesa<sup>19</sup>. Isto não implica que estas representações sejam diretamente políticas ou ideológicas, mas antes o resultado de uma mediação específica. É através da morfologia das narrativas internas, organizadas por intermédio de uma sucessão de estilos, escolas, movimentos, gerações e técnicas que estas representações vão sendo moldadas. Com efeito, o discurso estético e técnico que celebra a herança modernista portuguesa nos trópicos funciona como um meio para a produção de uma visão histórica nacionalista. Em suma, a apropriação nacional da linguagem in-

16 Milheiro, *Nos Trópicos*, p. 6.

17 R. Williams, *The Country and the City* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1973).

18 M. Billig, *Banal Nationalism*, (Londres: Sage, 1995).

19 Algo que foi, primeiro, amplamente promovido pelas políticas do regime do Estado Novo.

ternacional e universal da arquitetura modernista – cuja adoção se tornou o mais poderoso instrumento de reconhecimento interno no campo da arquitetura – quando inserida em processos de institucionalização nacional, produz narrativas sobre a nação. Para além disso, ao invocar a excelência “universal” daqueles trabalhos, estas representações obscurecem as relações entre o planeamento urbano e o campo do poder colonial. Um modo determinante para evitar uma tal opacidade passa por investigar a conexão desses trabalhos com a lógica mais vasta do planeamento urbano colonial e por desvendar a sua inserção no interior do sistema urbano colonial dominante. Questionar as funções e os usos pode ajudar-nos a descentrar a análise histórica da celebração de uma noção demasiado abstrata de funcionalismo gerada pela perspectiva seletiva do campo. Há que responder às questões necessárias: como é que eram, na verdade, estas cidades coloniais onde se contruíram edifícios e infraestruturas modernistas? E qual o real legado português nessas cidades?

### A odisseia de uma geração: a grande narrativa moderna nos trópicos

Os arquitetos que construíram, de facto, a “utopia moderna” nos trópicos pertenciam à terceira geração de arquitetos modernistas portugueses, também chamada geração da Conferência do Porto de 1948, onde foi organizado o primeiro convénio nacional de arquitetos (I Congresso Nacional de Arquitetura), na Sociedade Nacional de Belas Artes<sup>20</sup>. A geração africana assinada por Fernandes incluía modernistas como Francisco Castro Rodrigues, Vasco Vieira da Costa, Fernão Simões de Carvalho, João Garizo do Carmo, João José Tinoco, Francisco Castro, Silva Campino e Paulo Melo Sampaio. Profundamente influenciados pelo modernismo brasileiro de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a

20 Fernandes, *Geração Africana*, p. 13.

geração da Conferência do Porto acolheu os princípios da Carta de Atenas (1933) – cuja primeira tradução portuguesa se ficou a dever a um dos mais distintos arquitetos a trabalhar em Angola, Francisco Castro Rodrigues – e alguns dos seus membros envolveram-se na aplicação do estilo internacional em África. Apesar das diferenças que existiam entre estes arquitetos, o papel desta geração em África é geralmente considerado uma empresa coletiva – “uma geração” – por oposição ao que as anteriores gerações tinham desempenhado.

Esta interpretação articulou harmoniosamente o trabalho e as ideias da geração africana com a história da arquitetura portuguesa na metrópole. Em Lisboa e especialmente no Porto, onde a escola de belas artes chefiada por Carlos Ramos se tornara no centro da formação modernista, a terceira vaga desta corrente reagiu contra os estilos tidos por conservadores e tradicionais. Estes estilos, geralmente agregados sob a expressão *português suave*, estavam associados às políticas culturais e nacionalistas do Estado Novo. Influente até à viragem da década de 1950 para os anos sessenta, a arquitetura do Estado Novo foi depois suplantada pela prática moderna, tanto na metrópole como nos territórios coloniais<sup>21</sup>. Assim, a experiência modernista em África confirmava a cronologia da grande narrativa da arquitetura portuguesa. Na África portuguesa, ao movimento moderno da década de 1930, que favorecia novas geometrias e materiais e um estilo decorativo *art déco*, seguiu-se uma reação conservadora nos anos quarenta e cinquenta<sup>22</sup>. O *português suave* do Estado Novo assentava, segundo Fernandes, na emergência de elementos arquitetónicos neo-tradicionais, numa combinação do neoclassicismo e do neo-barroco com modelos regionalistas que foram trazidos para África, onde foram usados em projetos públicos e privados<sup>23</sup>. A terceira

21 Idem, “Arquitetura e urbanismo no espaço ultramarino português” in F. Bettencourt e K. Chaudhuri, eds., *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5 (Lisboa: Círculo dos Leitores, 1999) pp. 334–383, 346; Idem, *Arquitetura e Urbanismo na África Portuguesa*, pp. 76–78.

22 Fernandes, “Arquitetura e urbanismo na África Subsaariana”, p. 252.

23 Idem, *idem*.

fase da arquitetura colonial, entendida como depuração funcional e tecnológica do movimento modernista, viria a contrastar com a anterior ambição ideológica<sup>24</sup>. De acordo com Fernandes, a geração africana minou a prática reacionária e antiquada dos seus antecessores<sup>25</sup>. Imaginada como uma congregação de membros que partilhavam as mesmas visões acerca da sua prática, esta geração foi também caracterizada pela apologia de uma arquitetura de *auteur*<sup>26</sup>.

As divisões internas que definiam a organização do campo metropolitano da arquitetura foram replicadas em África. A cisão entre os modernistas e as anteriores gerações passou a ser o eixo organizador do discurso interno sobre a arquitetura colonial portuguesa. Velho e novo, tradicional e moderno, são apenas alguns dos polos mais significativos que marcam um campo de oposição e de lutas. Por exemplo, o trabalho de Vasco Regaleira, um dos principais proponentes da arquitetura tradicional em África, é considerado classicista, monumental e nostálgico<sup>27</sup>. Outros arquitetos, como João de Aguiar, Lucínio Cruz, Mário de Oliveira, Fernando Schiappa, Gomes Bastos e Costa Martins, tinham adotado uma “arquitetura neo-tradicionalista, inspirada nos modelos da arquitetura portuguesa, tal como então ocorreu na Metrópole”<sup>28</sup>.

O estilo neo-tradicional revelou-se inflexível no uso que fazia de materiais icónicos como as telhas e era reconhecido, entre outros motivos, pelos seus pórticos centrais<sup>29</sup>. Nas mais recentes análises sobre a arquitetura colonial, este último estilo foi apelidado de atrasado, romântico-revivalista, eclético, historicista e nacionalista. Pelo contrário, a arquitetura moderna tropical do pós-guerra foi representada como vanguardista, universalista, internacional, extrovertida, inventiva e arrojada. No entanto, esta geração moderna não

24 *Idem, idem*, pp. 252-53.

25 Fernandes, *Geração Africana*, p. 9.

26 *Idem, idem*, p. 253.

27 *Idem, idem*, pp. 22-23.

28 Fernandes, “Arquitetura e urbanismo na África Subsaariana”, p. 238.

29 *Idem, idem*, p. 255.

deixou de ser também definida pelas suas visões políticas: a nova classe profissional “lutava pelas liberdades cívicas e pela intervenção política”, defendia o acesso da classe trabalhadora a benefícios promovidos pela prática arquitetónica e visava disseminar a sua produção enquanto legado coletivo da sociedade portuguesa<sup>30</sup>. Francisco Silva Dias e Luís Amaral, os mais politizados dos arquitetos modernistas, tiveram problemas com as autoridades coloniais em África, apesar da moderação que, segundo Fernandes, caracterizaria as comunidades lusófonas locais<sup>31</sup>. Assim, enquanto que a arquitetura neo-tradicional estava vinculada às premissas estéticas e funcionais do Estado Novo, os modernistas encontravam-se comprometidos com um estilo universal que era internacional, humanista e bastante autónomo das influências políticas diretas – o que não significa que fosse necessariamente apolítico.

A “sociodiceia” desta geração pressupõe um conjunto de biografias interligadas, bem estudadas pela historiografia recente, cuja lógica linear dota de coerência tanto a grande narrativa que propõe, como justifica a coexistência harmoniosa do discurso interno do campo e da investigação sobre o legado português. As vidas biografadas são integradas e apropriadas pelo campo de forma a sustentar uma interpretação biográfica esquiva<sup>32</sup>. Em certos casos são bem visíveis as desconexões entre as trajetórias individuais e o mantra da narrativa internacional do movimento modernista acerca da sua dissidência política e estética<sup>33</sup>. Por exemplo, Luís Possolo, um dos melhores exemplos do modernismo *avant-garde* na África portuguesa, dificilmente poderia ser incluído nesse coletivo politicamente progressista descrito por Fernandes. Segundo a linguagem interna do campo, Possolo era progressista, inovador e um paladino do estilo internacional. Todavia, Possolo era politicamente muito próximo das redes governamentais e económicas do regime, de que

30 *Idem, idem*, p. 253.

31 Fernandes, *Geração Africana*, p. 19.

32 P. Bourdieu, “The genesis”.

33 N. Portas, “Arquitetura”, pp. 122-23.



beneficiara para conseguir construir em África<sup>34</sup>. Treinado na Associação de Arquitetura de Londres, de acordo com Milheiro, Possolo esteve por detrás da renovação da linguagem arquitetónica promovida pelo Gabinete de Urbanização Colonial do Ministério das Colónias, criado em 1944<sup>35</sup>. O seu trabalho nos interiores da sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné “recria um ambiente sofisticado e glamoroso, tropical no melhor sentido.”<sup>36</sup>

Também o caso de Vasco Vieira da Costa desafia a lógica da grande narrativa sobre a arquitetura portuguesa na África colonial. Formado no estúdio de Le Corbusier em Paris, Vieira da Costa mudou-se para Angola, onde viria a desenhar, em 1948, um plano para uma cidade satélite racialmente segregada na periferia de Luanda. Na sua investigação, Ana Magalhães reconhece, *en passant*, as potenciais contradições do envolvimento de Vieira da Costa neste plano. No entanto, a autora optou por desvalorizá-las. Ao invés, defende que é mais importante enfatizar a influência do arquiteto na criação da imagem de uma cidade moderna, “com edifícios sobre pilotis, fachadas de expressão mais abstracta, marcadas por grelhas de betão, brise-soleil e palas de sombreamento, implantadas perpendicularmente ao eixo das vias.”<sup>37</sup>

Para explicar as evidentes contradições acima mencionadas, é necessário interpretar a ação individual para lá da procura por uma qualquer linearidade política. Não é a postura perante a ideologia do regime que explica as carreiras destes arquitetos em África, pese embora a sua relativa importância e o facto de ser mais evidente em alguns casos do que noutros. Por outro lado, é importante ir além da tendência para reunir o que é distinto - traço marcante da historiografia do campo. Também isto é visível, quando as ações e as escolhas individuais são explicadas a partir do interior do quadro

34 A. V. Milheiro e J. L. Saldanha, *Luís Possolo: Um arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar* (Lisboa: Centro de Investigação Arquitectura Áreas Metropolitanas, 2012) pp. 11-12.

35 O trabalho de Possolo é marcado por uma “ambiência californiana” inspirada no maneirismo moderno de Gropius e na estandardização da Bauhaus.

36 Milheiro, *Nos Trópicos*, p. 444.

37 Magalhães e Gonçalves, *Moderno Tropical*, pp. 31,

simbólico dos valores da profissão, sobretudo no caso específico do movimento modernista. Esta odisséia profissional em África é explicada, sobretudo, como resultante de uma vocação profissional basicamente desinteressada e humanista. Apesar da importância destes elementos para a análise das escolhas deste grupo de arquitetos, realça-se muito menos as estruturas de oportunidades profissionais existentes e o modo como as condições materiais dos indivíduos afetaram as opções que fizeram. As carreiras profissionais em África dependiam da proliferação de projetos públicos e privados; assim, dependiam menos das dinâmicas do campo específico do que da transformação do campo do poder colonial. Na Conferência do Porto, em 1948, na única comunicação sobre arquitetura colonial, João Simões defendeu o papel fundamental que os arquitetos tinham a desempenhar nos vastos territórios portugueses em África. Para Simões, era necessário fazer um melhor uso do conhecimento arquitetónico nas instituições coloniais e no campo “sem competição de indivíduos estranhos à arquitectura”<sup>38</sup>. África era um terreno de lutas profissionais que oferecia uma oportunidade evidente para um grande número de arquitetos – tanto os que, devido ao seu talento, viriam a formar o cânone da excelência, como as dezenas de técnicos anónimos que trabalhariam durante a conjuntura de crescimento económico do pós-guerra.

O maior desafio que ainda se coloca a esta narrativa passa por saber como articular a celebração dos trabalhos modernistas, os seus autores e os valores estéticos e políticos do movimento, com as políticas de um sistema colonial governado por um regime fascista.

### Desconexões políticas

A insistência num discurso acerca da autonomia da prática arquitetónica, apoiada sobretudo pela investigação da herança por-

38 J. Simões, “A profissão de arquitecto nas colónias” in *Actas do I Congresso de Arquitectura 1948* (Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948), p. 148.

tuguesa, tornou-se um refúgio para evitar possíveis inconsistências. Embora preservando a grande narrativa modernista, as evidentes contradições entre modernismo e colonialismo são geralmente resolvidas, como sugere Ana Tostões, pelo recurso aos conceitos de “identidade, memória e mudança”<sup>39</sup>. Os criadores e as suas criações são removidos da “história concreta” e submetidos à lógica fechada da historiografia celebrativa e patrimonial regida por uma ideia de “mudança cultural” que é bem intangível.

Mas esta abordagem não consegue lidar com o notório paradoxo revelado por alguns destes relatos históricos: que “esta aplicação dos ideais de progresso e de democracia do Movimento Moderno seja realizada em territórios marcados pelo quadro colonial português”<sup>40</sup>. Uma das estratégias usadas para resolver este paradoxo passa por argumentar que a distância entre o centro imperial fascista e as colónias africanas dissolve a ideologia. Comparada a Lisboa e ao Porto, África era vista como um local de liberdade. De facto, para Ana Magalhães, “No seio de uma sociedade menos restritiva e mais distante do centro do poder, o que estes arquitectos tiveram em comum foi essa possibilidade de construir um vocabulário moderno”<sup>41</sup>. Tostões recorre a um argumento semelhante: “Apesar de continuarem enquadrados pelo Estado Novo fascizante, o distanciamento do poder concorria para uma latente e vital possibilidade de modernidade nesses territórios”<sup>42</sup>. Dentro da mesma linha, Fernandes sugere que as realizações dos arquitectos modernistas do pós-guerra derivaram da liberdade que encontraram em África, liberdade essa que lhes faltava em Lisboa e no Porto devido às suas visões políticas<sup>43</sup>.

Ocupados principalmente com a descrição técnica e estética da arquitetura modernista, a maioria destes livros não contém nenhuma reflexão sobre a incrustação local desses trabalhos arquitectónicos, ou seja, sobre as suas condições de produção objetivas. As conec-

39 Tostões, “Prefácio”, p. 6.

40 Magalhães e Gonçalves, *Moderno Tropical*, pp. 18.

41 *Idem, idem*, p. 18.

42 Tostões, “Prefácio”, p. 5.

43 Fernandes, *Geração Africana*, p. 15.

xões entre práticas arquitecturais e planeamento urbano e o campo do poder colonial, em grande medida baseadas em projetos estatais e privados, eram demasiado evidentes para não serem tomadas em consideração. Mas a interpretação destas relações foi realizada de modo a deixar intacto o gesto criativo que define a autonomia dos campos. O período do pós-guerra ficou marcado pela expansão significativa das cidades coloniais da África portuguesa, especialmente nas capitais de Angola e Moçambique, onde as oportunidades de trabalho se multiplicaram. Os Planos de Fomento estatais, lançados em 1953, promoviam sólidas condições para o investimento privado. Existe uma relação óbvia entre o meio do planeamento urbano, em que a prática modernista floresceu, e as políticas oficiais de desenvolvimento colonial. As empresas arquitectónicas e urbanísticas em África fizeram parte de um esforço de modernização conduzido tanto pelo Estado colonial como pelo investimento privado. Assim, embora a prática modernista na arquitetura do pós-guerra divergisse das políticas do regime fascista e dos estilos arquitectónicos que este advogava, ela estava, de facto, envolvida nas políticas de modernização do Estado colonial português.

Segundo a lógica apresentada pela literatura histórica acima discutida, existia uma cisão clara entre a base ideológica do Estado Novo, que apoiava uma forma tradicional de arquitetura, e o período de modernização experimentado em África, onde uma nova geração de modernistas teve oportunidade de trabalhar. O Estado e o regime político são então tratados como entidades separadas, entrando em contacto apenas nos momentos em que a inauguração de edifícios icónicos era incluída nas celebrações e na propaganda oficiais<sup>44</sup>. Em suma, um dos principais argumentos usados para preservar a autonomia da prática modernista face a estas conexões políticas está em separar as políticas oficiais do pós-guerra da base ideológica do Estado Novo. Como afirmou José Manuel Fernandes:

44 Fernandes, *Arquitectura e urbanismo no espaço ultramarino português*, p. 371.

se, nas décadas de 1930 e 1940, era frequente que a arquitectura resultante adoptasse os cânones formais da arquitectura do Estado Novo, já a partir do princípio da década de 1950 as condições de produção urbanística e arquitectónica alteraram-se, de modo destacado sobretudo em Angola e em Moçambique, propiciando a emergência de uma arquitectura com expressão estética e técnica moderna, mesmo que gerada no quadro das obras oficiais.<sup>45</sup>

O argumento parece ser que o Estado, desligado dos seus objetivos ideológicos, promovia uma prática baseada em premissas e fins essencialmente técnicos. Vaz Milheiro, partindo de uma recente pesquisa arquivística, relaciona o período modernista do pós-guerra com o trabalho da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras Públicas e Comunicações, que substituiu o Gabinete de Urbanização do Ultramar. Milheiro põe em relevo a produção daqueles que chama arquitetos técnicos por oposição aos arquitetos ideológicos que marcaram a fase anterior de funcionamento do GUC/GUU. Estes funcionários técnicos eram peritos na adaptação tropical da linguagem modernista. A autora afirma que este esforço criou um ramo novo e original no interior do movimento modernista, colocando “arquitectura ultramarina no mesmo eixo de evolução da arquitectura ocidental.”<sup>46</sup>

A eufemização técnica da iniciativa arquitectónica europeia em África, institucionalizada e promovida desde a década de 1930, evitou o termo “colonial”, politicamente mais contencioso, preferindo antes o termo “tropical”. O clima local fez do movimento modernista um movimento modernista tropical, ao mesmo tempo que a narrativa acerca deste empreendimento se submergia na descrição das soluções avançadas para lidar com os problemas técnicos colocados pelo clima tropical aos modernistas. Os ritmos e momentos desta narrativa eram, assim, influenciados pelo processo através do qual os arquitetos modernistas portugueses adotavam estilos, materiais e conceitos oriundos do vasto campo da arquitectura internacional.

45 Fernandes, *Arquitectura e urbanismo na África Subsaariana*, p. 251.

46 Milheiro, *Nos Trópicos*, p. 7.

Este conjunto de argumentos, baseados na separação entre esforços oficiais secundados pelos técnicos e a ideologia do Estado Novo, estava geralmente ligado à ideia de que o regime colonial sofrera uma mudança. As abordagens desenvolvimentistas, que incluíam planos e obras de construção, eram muitas vezes associadas ao esforço oficial de criação de sociedades plurirraciais no espaço colonial português<sup>47</sup>. Este último esforço é quase sempre reconduzido ao período reformista da política colonial iniciado pelo curto consulado de Adriano Moreira no Ministério do Ultramar, período esse marcado pela abolição do sistema de indigenato (o sistema português de administração colonial das populações nativas) em 1961, ano em que deflagrou a guerra em Angola. Ao defender a ideia de uma exceção portuguesa – o que, no fim de contas, se trata de um meio para legitimar o discurso interno –, Milheiro explica a lógica segregacionista inerente às políticas urbanas portuguesas até, pelo menos, à década de 1950 enquanto legado das políticas de habitação que tinham sido avançadas por outros poderes coloniais desde o século XIX<sup>48</sup>.

A grande narrativa sobre o legado arquitectónico português nos trópicos está, portanto, amarrada ao discurso da modernização colonial, sem questionar os seus alicerces e o papel desempenhado pelo planeamento urbano nas políticas de controlo social e de estabilização laboral. Se a distância face ao poder metropolitano parecia salvaguardar a autonomia do campo – criando assim uma desconexão – os projetos desenvolvimentistas coloniais e os ideais lusotropicalistas articulavam-se numa conexão benigna, oferecendo assim um quadro político que ajuda a resolver o problema da evidente contradição entre o movimento modernista e o governo de um regime de tipo fascista<sup>49</sup>.

47 Fernandes, *Arquitectura e urbanismo na África Subsaariana*, p. 257.

48 Milheiro, *Nos Trópicos*, p. 326.

49 A teoria do lusotropicalismo foi elaborada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e adotada pelo Estado Novo português como a grande narrativa do colonialismo lusitano. Baseava-se no princípio da exceção da forma do tipo de colonialismo português.

## Geografias arquitetónicas

Os princípios de narração intrínsecos ao discurso interno do campo – em grande parte estéticos e técnicos – combinaram-se para criar uma representação histórica do espaço urbano. Isto fornece ao leitor uma geografia peculiar. Tal como defendido por Raymond Williams na sua obra clássica *The Country and the City*, as representações de uma sociedade num certo momento encontram-se profundamente ligadas à “estrutura de sentimento” – entendida como a relação entre perspetiva e experiência vivida – dos indivíduos e dos grupos que criam essas perspetivas<sup>50</sup>. As condições de produção de um discurso interno em diferentes campos refletem a existência de uma “estrutura de sentimento” específica que ajuda a criar um ponto de vista seletivo sobre a história. Conduzida pela linguagem interna e limitada do campo da arquitetura, a análise à moderna arquitetura portuguesa nos trópicos gerou uma representação da história e da sociedade que tende a naturalizar uma ordem social específica.

Ao adotar os supostos pontos de vista dos arquitetos – ponto de vista esse que se torna a única perspetiva disponível –, esta literatura historiográfica retrata as cidades coloniais como “espaços de utopia”<sup>51</sup>, espaços cosmopolitas e livres onde os autores modernistas podiam exibir o seu talento longe das amarras do Estado Novo. Estas cidades são também representadas, normalmente, como áreas de prosperidade. Ao referir-se à cidade da Beira em Moçambique, Ana Magalhães afirma: “Esta imagem de cidade moderna traduz uma sociedade onde o bem-estar e a prosperidade de próprios das cidades coloniais eram evidentes.”<sup>52</sup> Nestas terras prósperas, os arquitetos criaram geografias estéticas e técnicas. As cidades onde os jovens arquitetos construíram as suas utopias modernas em África acabaram por resultar da “trepidação das super-

50 Williams, *The Country*.

51 Magalhães e Gonçalves, *Moderno Tropical*, p. 130.

52 Idem, *idem*, p. 47.

fícies e volumes, o efeito do módulo repetido, o padrão usado no contraste claro-escuro”; cidades onde o sombreado e a ventilação são funções vitais da arquitetura feita em África “no interior dos trópicos”; cidades que exibem “o expressionismo sensual que lembra as temperaturas cálidas, outra vez tórridas, da transpiração e da exaltação do calor, da linha curva de movimento, da beleza dos corpos”; urbes fundadas nos volumes e composições modernas, que se tornaram grandes peças escultóricas. A inspiração africana, “da savana ao mar, da vegetação luxuriante à fauna respeitável e vibrante”, do “excesso e do colorido”, encontrava-se no centro da adaptação moderna aos trópicos<sup>53</sup>.

A forma arquitetónica vem a ser a materialização de uma utopia coletiva moderna:

*Será que a forma pode ser reveladora de uma utopia? Neste caso, trata-se de uma utopia moderna, da era da máquina e da industrialização, associada à ideia de progresso e de transformação da sociedade.*<sup>54</sup>

Isto foi traduzido, em África, recorrendo ao vocabulário de Le Corbusier: “a plasticidade permitida pelo betão armado, a fuga à rigidez da recta”. os elementos curvos, as varandas *brise-soleil*, as cabinas as caixas<sup>55</sup>. Tudo isto pode ser encontrado em edifícios como o mercado de Kixanine, a Igreja de Manga, o estádio do Clube Ferroviário da Beira, a estação de caminhos-de-ferro da Beira, a sede do Banco de Moçambique ou a cine-esplanada Flamingo: “a expressividade rítmica causada pelas varandas em caixa ou o tratamento de cheios e vazios e contrastes de luz e sombra sucedem-se em muitos edifícios que caracterizam as ruas de Maputo ou de Luanda.”<sup>56</sup>

53 Tostões, “Prefácio”, p. 7.

54 Magalhães e Gonçalves, *Moderno Tropical*, p. 49.

55 Idem, *idem*, p. 59.

56 Idem, *idem*, p. 70.

José Manuel Fernandes também argumenta que “Lourenço Marques pode ser considerada a principal criação urbana e uma das mais perfeitas, em termos estéticos e funcionais, efetivada em toda a África colonial portuguesa desde a fundação de Luanda em 1575”<sup>57</sup>. Entre os elementos que moldavam esta geografia arquitetónica contavam-se alguns trabalhos considerados conservadores, como a Casa de Educação para Raparigas, a Escola Paroquial, os Paços do Concelho “de gosto classicizante e pomposo”, a Catedral “art deco com monumentalismo”, o Liceu Salazar, o edifício dos Serviços de Obras Públicas, o estilo SNI do café Monumental, o Cinema Império, no subúrbio, o Bairro económico dos caminhos de ferro e o Bairro indígena.<sup>58</sup> Também digno de menção nesta geografia específica são os trabalhos modernistas ou tardo-modernistas das décadas de 1930 e 1940: a central telefónica, a Rádio Clube de Moçambique com “fachada de grelhagem tipo brise-soleil e torre prismática”, o Hotel Girassol, o Clube Ferroviário, o Cine-África, o edifício da Associação dos Antigos Colonos, o Gabinete de Estatística, o Teatro Scala, a Casa Coimbra, o Teatro Gil Vicente, a Escola Técnica, a Prisão, o Hospital Miguel Bombarda, a Fábrica de Cervejas Vitória e a sede do Sporting Clube de Lourenço Marques. Entre a arquitetura moderna dos anos cinquenta e sessenta, os destaques incluem o Banco Nacional Ultramarino, a Escola António Enes, o Montepio de Moçambique, o cinema Charlot, o aeroporto Gago Coutinho, a Companhia Industrial de Matola, o restaurante Costa do Sol, o posto médico para nativos e várias igrejas, em especial a de Santo António da Polana (1959-62).

De novo, de acordo com Magalhães, Lourenço Marques é uma cidade cosmopolita “bem planeada e de desenho poderoso, constitui uma herança patrimonial valiosa, que suportará certamente as bases de um desenvolvimento futuro.”<sup>59</sup> Às estruturas que se destacavam em Lourenço Marques naquele período, a au-

57 Fernandes, *Arquitectura e urbanismo na África Subsariana*, p. 219.

58 Idem, *idem*, p. 96.

59 Magalhães e Gonçalves, *Moderno Tropical*, p. 43.

tora acrescenta o Departamento de Saúde (construído no final da década de 1960), o Departamento da Agricultura (1967) e também os edifícios residenciais, baseados no investimento privado e que suportavam a consolidação dos bairros de classe-alta da Polana e Sommerschild<sup>60</sup>.

A geografia arquitetónica, que assegura a história interna de um campo específico, produz uma representação urbana muito limitada de uma cidade como Lourenço Marques. A celebração da grande narrativa moderna propõe uma geografia peculiar, separada das relações sociais, económicas e políticas existentes. À medida que o “tropical” substitui o “colonial”, o funcionalismo intrínseco aos trabalhos dos modernistas torna-se definido de um modo abstrato, negligenciando as suas funções e usos concretos. Algumas das interpretações do quotidiano urbano que emergem destas representações reduzem-se a certas dimensões da vida cosmopolita e glamorosa dos colonos de classe média e alta. Pela sua própria lógica, a descrição das instalações de lazer quase sempre veicula uma série de perspetivas seletivas e particulares sobre o quotidiano cidadão, transformando-se estas últimas, rapidamente, em generalizações sobre os usos sociais das cidades. A magnificência das cine-esplanadas, por exemplo, era um sinal de boa vida, numa sociedade “que tem urgência em ser moderna”<sup>61</sup>.

Mesmo que não intencionado, um dos riscos óbvios deste tipo de estetização urbana é a inevitável estetização e subvalorização da dimensão política, algo que outros autores também já notaram<sup>62</sup>. Mas nesta representação o que mais surpreende é a ausência da “cidade africana” e, de um modo geral, a ausência dos africanos. O que é que aconteceu aos vastos subúrbios de cidades como Lourenço Marques ou Luanda, que cresceram de forma maciça

60 Idem, *idem*, p. 42.

61 Idem, *idem*, p. 84.

62 E. Ascensão, “Following engineers and architects through slums: The technoscience of slum intervention in the Portuguese-speaking landscape”, *Análise Social*, Vol. XLVIII, N.º 206 (2013) pp. 154-180, 159.

ao longo do século XX, quando a “utopia moderna” estava a ser construída nos centros urbanos? A procura por uma herança arquitetónica portuguesa parece dispensar estes atores, cuja arquitetura informal foi estudada por Guedes e por Henriques e Vieira<sup>63</sup>. Neste tipo de análises, a única concessão feita a África tem a ver, sobretudo, com o seu clima específico: o maior desafio técnico que os modernistas tiveram de enfrentar. Nos planos urbanísticos, pressupunha-se a erradicação dos subúrbios caóticos, “informais” e “africanos”. As representações de África parecem limitar-se à arquitetura e urbanismo brancos. Até mesmo o uso de motivos africanos, com a exceção dos criados por Pancho Guedes, era algo raro e maioritariamente decorativo<sup>64</sup>. A marginalização da história colonial abre espaço à representação de uma geografia modernista específica, construída por autores portugueses, em que os usos e funções dos edifícios e das infraestruturas se subsumem no discurso estético e técnico de origem nacional.

### A cidade colonial

Em 1963, durante o apogeu da utopia modernista em Lourenço Marques, o arquiteto Amâncio de Alpoim Guedes (Pancho Guedes), que tinha estudado na Universidade de Witwatersrand na África do Sul, lançou um feroz ataque à lógica que tinha presidido ao crescimento da capital moçambicana<sup>65</sup>. No jornal *A Tribuna* escreveu “A cidade doente”, um artigo sobre o drama da

63 A. de A. Guedes, “The caniços of Mozambique” in P. Olivier, ed., *Shelter in Africa* (Nova Iorque: Praeger, 1971) pp. 200–209; C. I. Henriques e M. P. Vieira, “Cidades em Angola: Construções coloniais e reinvenções africanas” in N. Domingos e E. Peralta, eds., *A Cidade e o Colonial* (Lisboa: Edições 70, 2013) pp. 59–112.

64 Milheiro afirma que Guedes: “Apesar de portador de ‘visões africanas’, nunca será um arquitecto ‘étnico’, muito menos ‘exótico’, todavia tentará aquilo que parece improvável – cruzar a cultura ocidental, a partir da matriz europeia sul-africana, e o arcaísmo visceral de África” A. V. Milheiro, “Introdução” in P. Guedes, ed., *Pancho Guedes, Manifestos, Ensaios, Falas, Publicações* (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007) p. 7.

65 J. Pina-Cabral, “A catedral das palhoças: Religião e política no Moçambique tardo-colonial” in C. Castelo, O. R. Thomaz, T. Cruz e Silva e S. Nascimento, eds., *Os Outros da Colonização: Ensaio sobre o Colonialismo Tardio em Moçambique* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012) pp. 251–281.

cintura de caniços – uma área que separava o caniço, onde os pobres e os serviçais viviam numa situação difícil, da “cidade de cimento”<sup>66</sup>. Os habitantes empobrecidos de Lourenço Marques, ou seja, a grande maioria da população urbana, apenas sobreviviam

*sem esgotos, sem água, sem luz, entre charcos e montes de porcaria. As suas casas são barracas precárias de zinco velho, lata, caixotes e caniço. Essas barracas estão infestadas por ratos e ratazanas, baratas, pulgas e percevejos. À noite é perigoso passar nos corredores e labirintos de acesso de que são donos nocturnos bandos de malandros e ladrões. No cinto do caniço as crianças conhecem a fome, o mal e a miséria cedo de mais e perdem o seu encantamento e a sua inocência antes do tempo. Os habitantes da cidade do caniço vivem longe de onde trabalham, longe das escolas que frequentam, longe da Cidade dos outros que a distância lhes não permite fazer deles.*<sup>67</sup>

Guedes criticou também o modo como a “cidade de cimento” se vinha expandindo. A falta de planeamento e a proliferação de transações de propriedade eram problemas críticos. Argumentou, por isso, que seria importante desenhar um plano para aproximar as duas cidades para alcançar uma genuína integração social. Ou, como perguntou de forma retórica, “serão os ‘pretos’ só para estar nas cozinhas e nas refeições?”<sup>68</sup>

A análise de Pancho Guedes fornece apenas uma mera ilustração de alguns poucos aspetos estruturais da história de Lourenço Marques no século XX, comum a outras cidades, como Luanda. Foram vários os autores que examinaram o crescimento de uma cidade marcada por uma modernidade embrionária que funcionava já como instrumento do poder político e da segregação social, em que se incluem a grelha urbana criada pelos engenheiros militares da Expedição de Obras Públicas chefiada

66 P. Guedes, “A cidade doente”, *A Tribuna*, 9 de junho de 1963, pp. 6–7.

67 Idem.

68 Idem.

por Joaquim José Machado em 1887, seguida do plano urbano de António Araújo, em 1892<sup>69</sup>. Estes autores escrutinaram de forma exaustiva a lógica interna do sistema colonial. Definida por uma separação oficial, em termos políticos e legais, foi esta lógica que criou as categorias de “civilizado”, de “indígena” e de “assimilado”, através de abusos laborais permanentes, da extração fiscal e dos benefícios retirados do trabalho africano migratório, sobretudo em direção à África do Sul. Esta mesma lógica foi depois projetada sobre o espaço urbano, gerando uma cidade dual caracterizada pela segregação social e racial. A partir da década de 1950, durante o período da reforma colonial, os traços estruturais coloniais persistiam, apesar das promessas oficiais de mudança e de uma esperança genuína, porventura sentida por vários peritos, nomeadamente os arquitetos, de que participariam nas políticas públicas do desenvolvimento. O antropólogo António Rita-Ferreira, um funcionário colonial envolvido na execução de planos estatais de desenvolvimento ao nível local, redigiu um relatório revelador sobre algumas das condições de vida na cidade suburbana durante os anos de 1960.

Rita-Ferreira expôs a precariedade radical do subúrbio na sua obra *Os Africanos de Lourenço Marques*, estudo de antropologia urbana que utilizou diferentes instrumentos de pesquisa e um vasto conjunto de dados empíricos<sup>70</sup>. Apesar de tentar defender o sistema colonial, argumentando que foram os africanos que escolheram ser segregados, os seus dados sobre as condições da vida suburbana não deixavam espaço a ambiguidades.

69 J.-M. Penvenne, *African Workers and Colonial Racism: Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962* (Londres: James Currey, 1995); M. Newitt, *História de Moçambique* (Lisboa: Europa-América, 1997); V. Zamparoni, “Entre Narros e Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890-c.1940”, Tese de Doutoramento (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998); D. Hedges, ed., *História de Moçambique*, Vol. 2 (Maputo: Universitária de Maputo, 1999); I. C. Henriques, “A sociedade colonial em África: Ideologias, hierarquias, quotidianos” in F. Bettencourt e K. Chaudhuri, eds., *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5 (Lisboa: Círculo dos Leitores, 1999) pp. 216-274.

70 A. Rita-Ferreira, “Os africanos de Lourenço Marques in *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, Vol. 9, n.º: C (1967-1968) pp. 95-491.

O sucesso dos planos de modernização, segundo o autor, dependia da capacidade do Estado para moldar a sociedade local. Um dos principais objetivos do seu estudo passava por demonstrar a ausência de uma intervenção urbana oficial nas zonas suburbanas, o que revelava obviamente apenas uma dimensão da falta de interesse generalizado na melhoria da vida das populações africanas. A história do planeamento urbano em Lourenço Marques é, por isso, a história da expansão da cidade dos colonos e da sua tentativa em manter os subúrbios africanos à distância, mas perto o suficiente de modo a assegurar uma força de trabalho instável, embora permanente<sup>71</sup>. Maria Clara Mendes, no seu estudo geográfico de Lourenço Marques elaborado no início da década de 1970, dá-nos uma perspetiva ampla sobre a crescente mobilidade laboral entre o centro e a periferia da cidade. Contudo, a sua análise das zonas residenciais, dos circuitos comerciais, das práticas de lazer e, inclusive, das aspirações de mobilidade social das populações mostra as continuidades que marcaram a história de uma cidade profundamente estratificada e segregada<sup>72</sup>.

A razão por que este mundo suburbano se encontra ausente das representações feitas pela história épica do movimento modernista em África reside no facto da intervenção urbana e arquitetónica ter sido ali insignificante. Pesem embora os planos reformistas oficiais, esta situação mostra muito claramente os limites das políticas portuguesas de desenvolvimento e dos falaciosos discursos lusotropicais. Nos trabalhos recentes sobre a moderna arquitetura portuguesa, a existência de uma contra-pastoral que desafia as visões modernas e cosmopolitas do espaço urbano advém menos do reconhecimento da lógica fundamental das desigualdades da condição urbana neste período do que da precariedade atual que marca o dia-a-dia nas antigas colónias portuguesas. Assim, parece que é a falta de políticas de preservação do património nestas novas e

71 J. S. Morais, *Maputo* (Lisboa: Horizonte, 2001).

72 M. C. Mendes, *Maputo antes da Independência: Geografia de uma Cidade Colonial* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos das Universidades de Lisboa, 1985).

instáveis nações africanas que põe hoje em perigo a herança arquitetónica portuguesa em África e as conquistas da história nacional.

### Tipologias da arquitetura colonial

A falta de intervenção pública urbana nas zonas marginais das cidades coloniais africanas revelou os limites concretos do discurso modernizador. Raramente se seguiram, na prática, os princípios orientadores dos vários planos urbanos oficiais gizados no pós-guerra. As tipologias arquitetónicas sob as quais se incluíam as obras modernistas – as “tipologias tropicais”, como lhes chamou Ana Magalhães –, ajudam-nos a perceber a sua inserção na lógica mais ampla do planeamento urbano colonial e o modo como estavam enraizadas num estádio particular do desenvolvimento imperial português em África. O enfoque dado à excelência técnica e estética, associado aos discursos sobre a modernização, tende a obscurecer as funções-chave dos planos e das construções urbanas.

Ao longo do século XX, os tipos de ocupação que melhor representaram a presença portuguesa, definidos por funções específicas – os entrepostos comerciais costeiros, predominantemente focados no tráfico de escravos, as guarnições militares e as fortalezas e a rede de infraestruturas religiosas – foram cedendo lugar a urbes melhor estruturadas, de que resultou uma ocupação efetiva. As maiores cidades tornaram-se centros da atividade económica e do poder estatal, onde se passou a concentrar, progressivamente, uma força de trabalho e as comunidades de colonos, não obstante as suas diferenças internas, que encontraram uma oportunidade para prosperar.

Um grande número de peças arquitetónicas construídas durante o século XX aponta para a crescente força do Estado colonial<sup>73</sup>. Os edifícios oficiais, as infraestruturas de transportes, os projetos

73 A. R. F. Ferreira, “Obras públicas em Moçambique: Inventário da produção arquitetónica executada entre 1933 e 1961” Dissertação de Mestrado (Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade de Coimbra, 2006).

residenciais, as escolas e os hospitais foram algumas das áreas em que os arquitetos modernistas puderam demonstrar o seu talento. Estes arquitetos, – tanto os que ainda reproduziam estilos tradicionais como os que eram de mais difícil categorização – a par de outros funcionários técnicos, viram aumentar as oportunidades de trabalho à medida que o crescimento populacional exigia novas instalações públicas. No entanto, este período de desenvolvimento também ficou marcado pelo investimento privado. Os projetos de habitação, as grandes empresas comerciais e industriais, as instituições financeiras, as igrejas e os equipamentos de lazer, todos eles proliferaram nas grandes cidades coloniais, especialmente em Luanda e Lourenço Marques. Consideráveis secções da comunidade colonizadora vieram a beneficiar desta economia colonial emergente. Foi a sua procura por habitação que impulsionou o mercado imobiliário. Ao descrever esta modernidade colonial através das proezas da arquitetura, Fernandes passa a imagem de uma sociedade dinâmica, na qual a intervenção pública parecia trabalhar, de forma eficaz, para o bem comum. É nesses termos que fala a propósito da arquitetura residencial pública e privada “destinada a membros dos mais diversos níveis sociais do mundo colonial, desde as obras para as classes médias-altas às dos bairros sociais de indígenas” construídos segundo a forma da casa portuguesa ou em unidades de habitação multi-familiar do tipo corbusiano-internacionalista<sup>74</sup>. Um semelhante sentimento de sucesso político perpassa da lista de escolas e hospitais construídos, alguns destes seguindo o melhor estilo internacional. Todavia, o número de projetos residenciais dedicados à população suburbana era, na realidade, diminuto<sup>75</sup>. A história das construções escolares e hospitalares na África colonial portuguesa encontra-se profundamente estruturada pela segregação racial dos sistemas de saúde

74 Fernandes, *Arquitetura e urbanismo na África Subsariana*, p. 259

75 Em Lourenço Marques, a mais bem-sucedida intervenção urbana colonial decorreu em 1942 no Bairro da Munhuana. O bairro Prenda, de Simões de Carvalho e de Pinto da Cunha, tornou-se o ícone da intervenção moderna nos subúrbios de Luanda.



e educacionais. Esta situação persistiu até ao final da governação portuguesa, apesar de todas as reformas políticas e das retóricas oficiais que argumentavam em contrário<sup>76</sup>.

O terceiro Plano de Fomento (1968-1973) foi mais ambicioso na disseminação institucional da assistência social. Mas este esforço deve ser interpretado no contexto das dinâmicas internas da modernização colonial, especialmente no que tocava à necessidade de aumentar as políticas de regulação social e de estabilização laboral. Igualmente importantes para compreendermos as opções de investimento público neste período são as políticas desenhadas para conquistar “os corações e as mentes” das populações durante as guerras coloniais. O planeamento urbano viu aumentado o seu papel nas políticas de controlo social em tempo de guerra<sup>77</sup>. Ao replicar o discurso lusotropical promovido pelo regime, e inspirada na interpretação historiográfica de Rui Ramos, Ana Vaz Milheiro optou por considerar o esforço social da economia de guerra da Guiné como resultado de políticas sociais que visavam atingir os níveis mínimos de assistência médica estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde<sup>78</sup>.

As modernas obras arquitetónicas integradas nos planos de desenvolvimento coloniais procuravam criar uma infraestrutura estatal e económica mais fiável e a promover uma melhor integração social. Eram vários os técnicos envolvidos nestes projetos de modernização que acreditavam na capacidade do desenvolvimento para gerar uma sociedade mais democrática e plural, algo que se acomodava ao esforço humanista representado pelo ideário do movimento modernista. Mas o estabelecimento de ligações entre os gestos criativos dos arquitetos e o campo do poder colonial não depende da análise dos desejos individuais, de manifestos teóricos

76 M. Fonte, *Urbanismo e Arquitectura em Angola: De Norton de Matos à Revolução* (Casal de Cambrai: Calcidoscópio, 2012), pp. 316-58.

77 D. R. Curto e B. P. da Cruz, “Cidades coloniais: Fomento ou Controlo?” in Domingos e Peralta, eds., *A Cidade e o Colonial*, pp. 113-166.

78 Milheiro, *Nos Trópicos*, p. 303.

ou de “sociodiceias” profissionais. Nada disto substitui o exame da morfologia social concreta da sociedade colonial, dimensão central da experiência urbana colonial portuguesa e espaço sociopolítico onde a “geração africana” encontrou oportunidades profissionais. Hoje, a história destas cidades está ofuscada pelas representações veiculadas por perspetivas glamorosas e agradáveis que existem apenas para celebrar a narrativa moderna e para reforçar, indiretamente, o discurso lusotropical sobre a excecionalidade lusa.

### Regulação laboral e integração social

A investigação sobre a arquitetura e o urbanismo noutros impérios coloniais é útil para questionar o caso português. Rhodri Windsor Liscombe, ao analisar as comissões educativas de Fry e Drew em África, procura compreender algumas das suas tensões e contradições. Em *Tropical Architecture in the Humid Zone* (1956), Fry e Drew justificaram o seu papel progressista enquanto arquitetos a trabalhar em África na emergência de

*uma nova vida de comunidade baseada, não tanto nas sanções familiares e comunitárias, visto que a nova divisão do trabalho deve ser aceite como elemento necessário da produção ocidentalizada, mas mais na introdução de competências e ofícios através dos quais o respeito por si mesmo e a dignidade pessoal podem ser restauradas.*<sup>79</sup>

Este esforço humanista, que tinha definido certas políticas urbanas oficiais no Reino Unido do pós-guerra, encontrava-se sujeito à mais ampla lógica dos planos de modernização e aos inevitáveis modos pelos quais mudavam as sociedades, introduzindo normas

79 M. Fry, e J. Drew, *Tropical Architecture in the Dry and Humid Zone*, (Nova Iorque: Reinhold, 1964 [1956]), p. 23. E, mais adiante, sobre o ato de construção, afirmam que “deve sondar profundamente as capacidades produtivas de um país, os seus recursos materiais e as qualificações, o seu transporte, os seus poderes, as suas reservas de inteligência artesanal, a sua estrutura salarial”. Idem, *idem*, p. 25.

comportamentais voltadas para o ensino de comportamentos ajustados ao mercado, para modelar uma conduta laboral e incentivar hábitos de consumo. Fry e Drew eram veículos da “migração transoceânica do planeamento e da arquitetura do movimento modernista”, no contexto do império britânico do pós-guerra<sup>80</sup>. No Gana e na Nigéria, territórios coloniais britânicos onde Fry e Drew puseram em prática as suas comissões educativas, o ambiente pós-1945 ficou caracterizado por uma abertura política, sentida na criação de sindicatos e partidos políticos e na ideia de que os africanos precisavam de ter um novo papel no processo político. Contudo, em África, este processo foi controverso e as práticas reais muitas vezes falharam em concretizar as intenções originais dos funcionários. Na realidade, tratava-se mais de meras fachadas para outros tipos de dominação política e económica. O Departamento Tropical da Associação de Arquitetura de Londres, criado em 1954, incluía uma equipa multidisciplinar composta de funcionários do Colonial Office, empreiteiros e destacados académicos como o antropólogo Darryl Forde, editor de um grande volume coletivo sobre a urbanização em África publicado pelo Instituto Internacional Africano<sup>81</sup>. De harmonia com os projetos de transformação democrática em África, as práticas arquitetónicas e urbanísticas funcionaram também como importantes instrumentos de organização social, participando nas políticas de modernização, na sua maioria baseadas na extensão dos mercados de produção e de consumo. No pós-guerra, as políticas de estabilização urbana e rural da força de trabalho africana revelaram-se fundamentais nas estratégias desenvolvimentistas.

Claro que as políticas coloniais portuguesas não eram estranhas a este enquadramento internacional. E ainda assim, elas quase não

80 R. W. Liscombe, “Modernism in late-imperial British West Africa: The work of Maxwell Fry and Jane Drew, 1946–1956”, *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol. 65, n.º 2 (2006) pp. 188–215.

81 D. Forde, *Social Implications of Industrialization and Urbanization in Africa South of the Sahara*, (Londres: International African Institute, 1956).

constam da história da arquitetura portuguesa na África colonial. Uma ideia crucial na formação de um discurso interno o campo da arquitetura é, como vimos, a separação entre a abordagem inicialmente segregacionista do GUC e o período modernista, de 1950 em diante. A tradição de segregação urbana nos territórios coloniais portugueses é normalmente ilustrada por uma série de apresentações feita pelo arquiteto João Aguiar na 21.ª reunião da Fédération Internationale de l’Habitation et de l’Urbanisme, publicadas em 1952 sob o título “L’Habitation dans les pays tropicaux”. Ao desenhar um modelo geral de planeamento urbano, Aguiar, que fora responsável por umas dezenas de planos urbanísticos nas colónias portuguesas, propôs uma forma de urbanismo estratificado, no qual prevalecia a segregação racial, subdividida em categorias étnicas<sup>82</sup>. Quando projetou uma cidade satélite para a população nativa, Vasco Vieira da Costa estava a seguir esta abordagem segregacionista. O facto de um modernista como Vieira da Costa ter planeado uma cidade com esses traços discriminatórios contradiz a narrativa progressista do modernismo emergente que é hoje celebrada numa literatura sobre a arquitetura colonial portuguesa.

No entanto, de um ponto de vista diferente, existem outros aspetos que ligam os trabalhos de Vieira da Costa e João Aguiar às políticas coloniais do pós-guerra. Acerca do seu projeto para uma cidade satélite nativa, Vieira da Costa afirmou:

*Compete, pois, ao europeu criar no indígena necessidades de conforto e de uma vida mais elevado, impelindo-o assim ao trabalho que o levará a fixar-se, e o que facilitará a mão de obra mais estável. A orientação das habitações e a localização dos bairros indígenas devem reger a composição do plano de uma cidade colonial (...) Assim, preferimos situar os bairros indígenas envolvendo o núcleo central, tendo todo o cuidado de localizá-los sempre a sotavento das zonas das habitações europeias,*

82 J. A. de Aguiar, *L’Habitation dans les pays tropicaux* (Lisboa: Federation Internationale de l’Habitation et de l’Urbanisme, 1952) p. 7.

*que mesmo assim serão sempre isoladas por um ecrã de verdura, suficientemente largo para que o mosquito possa transpô-lo. Como parece ser indispensável, sob o ponto de vista higiénico e social, as populações indígenas formarão vários grupos dispersos, que como pequenos satélites abraçarão o núcleo europeu, ficando assim cada sector deste núcleo servido por um grupo indígena. Deste modo, encurtaremos a distância a percorrer entre o local de trabalho e a residência*<sup>83</sup>.

Fica claro, nesta passagem, que a questão da organização da força de trabalho africana foi o principal aspeto que influenciou a proposta de Vieira da Costa – precisamente a mesma preocupação que está por detrás das considerações teóricas de João Aguiar. A estratificação racial fazia parte de um conceito mais vasto de divisão social: a inserção espacial de categorias sociais dependia dos seus usos funcionais na estrutura laboral. As cidades tinham de ser funcionais no sentido em que eram desenhadas para servir a produção económica e a administração. A habitação para os funcionários coloniais superiores era diferente da disponível para os funcionários intermédios, o que era ainda mais marcante nas áreas que acomodavam os colonos mais pobres. A urgente criação de “bairros indígenas” seguia a mesma inquietação com a necessidade de estabilizar a força de trabalho local. Este modelo social seria concretizado através de uma abordagem moderna ao zonamento urbano, como ficou patente no plano urbano de Aguiar para Lourenço Marques de 1952-1955, válido até 1969. Porque apresentavam diferentes características, nem todas as cidades coloniais africanas exigiam a mesma dinâmica de planeamento. Porém, no cômputo geral, as preocupações com a estabilização laboral e a integração social foram aspectos essenciais deste processo. Uma conclusão como esta complica um tipo de ordem cronológica que apresenta a rutura entre discriminação racial e lusotropicalismo como o elemento principal da análise ao papel das políticas urbanas.

83 Magalhães e Gonçalves, *Moderno Tropical*, pp. 30-31.

Na verdade, o planeamento urbano continuou associado aos esforços de estabilização social da força de trabalho, mas agora sem as referências à segregação racial<sup>84</sup>. Foi neste contexto que o “indígena” se tornou no “indivíduo economicamente débil” e, institucionalmente, a Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas passou a designar-se Instituto do Trabalho e da Previdência e Acção Social. Nestes contextos coloniais, o planeamento urbanístico continuou a moldar o crescimento de uma sociedade estratificada. As ligações entre arquitetura, urbanismo e poder não foram abolidas quando os planos urbanísticos abandonaram a abordagem da segregação racial. Quando esse discurso racial desapareceu, ele foi substituído por uma mundivisão económica mais neutral. Esta perspetiva evita a desconexão entre a ideologia do Estado Novo e as políticas estatais. Deve-se acrescentar, ainda, que foi precisamente no período modernista que a relação entre urbanismo, arquitetura e poder, impulsionado pelo investimento estatal e privado, se intensificou.

Tendo em conta que dependiam de planos urbanísticos abrangentes, pode afirmar-se que as geografias arquitetónicas do mundo colonial português não podem ser entendidas sem enfrentar o elemento que, de forma mais significativa, determinou o colonialismo português e, em última análise, a sua forma urbana: a exploração e a reprodução do trabalho africano. O planeamento urbanístico, no qual as modernas “tipologias tropicais” foram inseridas, estava bastante dependente de uma ampla perspetiva produtiva que mudou, no período do pós-guerra, com o aparecimento das políticas urbanas de integração social. Porém, nas colónias portuguesas, a ineficácia destes planos de modernização urbana, geralmente incapazes de modernizar a inserção cidadina dos africanos, demonstra os limites do desenvolvimento colonial português e os obstáculos estruturais que ainda persistem na organização política e social. Tais obstáculos estavam largamente ligados à continuidade de

84 N. Domingos, “A desigualdade como legado da cidade colonial portuguesa: racismo e reprodução de mão-de-obra em Lourenço Marques” in Domingos e Peralta, eds., *A Cidade e o Colonial*, pp. 59-112.

uma organização pré-moderna do mercado de trabalho, ancorado na instabilidade radical que enquadrava a inclusão urbana do trabalho africano. Quando as melhores obras modernistas foram construídas, esta continuava a ser a descrição que mais fielmente representava os centros urbanos coloniais.

Neste capítulo, coloquei em evidência o forte contraste entre a imagem de modernidade mediada pelo discurso interno do campo da arquitetura e as condições no campo colonial. O reconhecimento desta parte da história do colonialismo português desafia a natureza objetiva das ruturas internas definidas por esse discurso do campo da arquitetura, em especial a que opõe o período “neo-tradicional” ao modernista. Considera-se que o fim formal da segregação racial correspondeu ao traço mais emblemático do planeamento urbano no período modernista, em linha com os objetivos das políticas coloniais oficiais. Uma vez que tais intenções estiveram longe de ser concretizadas, ao olharmos para este processo do ponto de vista das políticas de regulação laboral e de integração social, podemos encontrar continuidades óbvias entre os períodos que o discurso interno do campo separou.

O que de mais notável há a assinalar nas cidades em que a excelência modernista foi posta em prática antes do fim da governação colonial é a estratificação social radical, a persistência das barreiras raciais e um tipo de planeamento urbanístico no qual a modernidade se circunscrevia a bairros predominantemente habitados por colonos. No terreno, apesar da mudança ocorrida ao nível das categorias, a segregação racial e outras formas de diferenciação radical dos grupos sociais persistiram. Mas as novas categorias, essas sim, estavam mais de acordo com a história do legado português nos trópicos.

## Conclusão

Ao contrário das visões veiculadas pelo discurso da modernização imperial, o campo colonial demonstra a persistência de um

sistema de poder baseado em formas de exploração extremas. As políticas de modernização, acompanhadas por planos e intenções, foram apropriadas por diferentes agentes por razões diversas e ajudaram a criar uma representação hegemónica sobre um período histórico particular. Este período produziu imagens de mudança e de progresso ligadas às políticas da propaganda lusotropical. Análises históricas recentes sobre a herança arquitetónica portuguesa em África, guiadas pelo enfoque estético e técnico dos trabalhos que compõem esse legado, parecem reproduzir o mesmo tipo de imagens. As histórias da arquitetura e as suas geografias contam narrativas de cidades florescentes e glamorosas, de utopias modernas, marcadas pela liberdade artística e pela experimentação, em claro contraste com a estrutura das relações sociais que dominava territórios urbanos radicalmente desiguais. Este discurso histórico linear, que é promovido por um campo de atividade específico, reifica uma grande narrativa sobre a governação portuguesa em África. Gera-se, assim, através da linguagem interna do campo, uma geografia histórica e política que naturaliza o sistema de relações de poder. Durante o período lusotropical, quando a raça deixou de ser usada enquanto categoria de divisão social, as relações sociais concretas continuaram a expressar a manutenção das práticas segregacionistas. Para além disso, o planeamento urbanístico do pós-guerra permaneceu ligado às dinâmicas do campo do poder colonial, nomeadamente, à necessidade de estabilizar a força de trabalho e de regular as relações sociais, sobretudo depois do início da guerra.

Em última análise, o esforço humanista que fazia parte de um movimento modernista anti-historicista e internacionalista parece que se dissolveu, hoje, num discurso acríptico em torno do legado nacional. Mas só conseguiremos compreender totalmente estes projetos arquitetónicos – quer dizer, fazer a história da sua genialidade formal e reconhecer o talento e as visões profissionais dos seus autores – se tomarmos consciência dos seus usos e funções, evitando a produção de um discurso ambíguo sobre a herança patrimonial portuguesa em África.

de, escolhas e contextos nas memórias da Casa dos Estudantes do Império” (*Casa dos Estudantes do Império: dinâmicas coloniais, conexões internacionais* (Lisboa: Edições 70, 2017), “Ataques em Luanda – 1961” (*As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação* (Lisboa: Tinta da China, 2018), “Sport and Politics in Angola’s Final Colonial Years” (*The International Journal of the History of Sport*, 2019).

**Nuno Domingos**, Investigador Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorado em antropologia social pela School of Oriental and African Studies. Publicou *Futebol e Colonialismo, Corpo e Cultura Popular em Moçambique* (Lisboa: ICS, 2012) e editou, com Elsa Peralta, *Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais* (Lisboa: Edições 70, 2012).

**Pedro David Gomes** é doutorando em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde desenvolve a sua tese sobre o lazer na Luanda colonial (1957-1975). É autor de artigos relacionados com o desporto em Portugal e na Angola colonial. Nesta linha, tem vindo a desenvolver os seus interesses de pesquisa no cruzamento de áreas como a sociologia do lazer, os estudos sobre cultura popular urbana, a sociologia histórica do colonialismo português, os estudos pós-coloniais e a história oral.

## ÍNDICE REMESSIVO